

RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.979 - AM (2013/0205423-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : FRANZ MARINHO DE ALCÂNTRA
ADVOGADO : MARTHA MAFRA GONZALEZ - AM004103
RECORRIDO : IIN TECNOLOGIAS LTDA
PROCURADORES : GERMANO COSTA ANDRADE - AM002835
ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO - AM002847
GISELLE RACHEL DIAS FREIRE E OUTRO(S) - AM005138

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FRANZ MARINHO DE ALCÂNTRA contra acórdão proferido pelo TJAM, assim ementado (e-STJ, fls. 624/630):

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO QUE EXTINGUE O FEITO VIA AGRAVO REGIMENTAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS ALEGADOS PRECEITOS LEGAIS.

Na situação *sub examinen*, ante o flagrante propósito de procrastinar o desfecho da Ação Rescisória, mediante a interposição deste recurso, deve prevalecer o entendimento contido na decisão prolatada No feito Rescisório.

Restou consignado no ato decisório não haver qualquer demonstração de violação à literalidade de lei. Além de pacificado na doutrina e jurisprudência que o erro autorizador da rescisória advém em decorrência da desatenção ou omissão do julgador quanto à prova, o que não é o caso dos autos.

Decisum mantido.

RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Os embargos de declaração, subsequentemente opostos, foram rejeitados por acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 677/684):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA. CONTRADIÇÕES, OBSCURIDADES ou OMISSÕES NÃO CONFIGURADAS NA ESPÉCIE.

Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios quando as questões levantadas não configuram as hipóteses delineadas na lei, quais sejam: de omissão, contradição, obscuridade ou erro material no julgado.

Não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo o prequestionamento de dispositivo que entende o embargante não ter sido aferido, o que evidentemente escapa aos estreitos limites previstos pelo artigo 535, do CPC.

Impõe-se a rejeição do recurso. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. EFEITO MODIFICATIVO NEGADO.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 690/747), fundamentadas no art. 105, III, "a" e "c", da CF, o recorrente alega dos seguinte dispositivos:

a) art. 535, I e II, do Código de Processo Civil/1973,

b) arts. 5º, LIV e LV, e 37, § 6º, da Constituição Federal,

c) art. 493 do CPC/1973, tendo em vista que "o autor deveria ter sido intimado a manifestar-se sobre a contestação, o que não aconteceu", e

d) art. 485, IX, do CPC/1973, sendo que "já que foi determinada a audiência de instrução e julgamento, esta deveria ter acontecido, ao invés de ter sido julgado a lide, antecipadamente".

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ, fls. 868/871).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Da violação dos arts. 485, IX e 535 do CPC/1973

O recorrente alega genericamente violação dos arts. 485 e 535 do CPC/1973, não havendo, portanto, demonstração clara e inequívoca das infrações, o que caracteriza deficiência na fundamentação recursal, a teor da Súmula n. 284 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ADICIONAL DE TRIÊNIO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ANÁLISE DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.

1. A admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos como violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado a cada um deles, não sendo suficiente a mera alegação genérica. Dessa forma, o inconformismo se apresenta deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia (Súmula 284/STF).

2. A lide não foi solvida sob enfoque da existência de enriquecimento ilícito, faltando a este ponto o necessário prequestionamento.

3. O agravante busca reverter a conclusão do acórdão segundo a qual a legislação local daria suporte ao recebimento do adicional de triênio, sendo certo que tal questão não pode ser objeto de controle nesta via recursal por força da Súmula 280/STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 408.204/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2013, DJe 29/11/2013.)

Da contrariedade ao art. 5º, LIV e LV, e 37, § 6º, da CF

Não cabe falar em afronta aos mencionados dispositivos, porquanto é inviável a análise de ofensa a dispositivo constitucional em recurso especial, sob pena de usurpação da competência da Suprema Corte.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO AUTORAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EXECUÇÃO PÚBLICA DE OBRAS MUSICAIS POR RÁDIO COMUNITÁRIA. DIREITOS AUTORAIS. ECAD. DEVER DE

PAGAMENTO. ATIVIDADE NÃO LUCRATIVA. IRRELEVÂNCIA.

1. A análise de suposta violação a dispositivos constitucionais é vedada em sede especial, sob pena de usurpação da competência atribuída pelo constituinte ao Supremo Tribunal Federal.

2. Com efeito, resta pacificado no âmbito desta Corte Superior de Justiça que, a partir da entrada em vigor da Lei n.º 9.610/98, a ausência do intuito de lucro é questão irrelevante quando se trata do pagamento de direitos autorais. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.619.402/SC, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 23/11/2017.)

Da negativa de vigência ao art. 493 do CPC/1973

O Tribunal de origem extinguiu a ação rescisória sem resolução do mérito, sob o fundamento de que (e-STJ, fl. 562):

Todavia, não merece prosperar a presente ação autônoma, porquanto não restou demonstrada de pronto a alegada violação à literalidade de lei, restando, inclusive comprovado que o julgamento antecipado da lide foi requerido pelo próprio autor da Ação Rescisória (fls. 115), não havendo que se falar em ofensa ao devido processo legal.

Contudo, no recurso especial, apontando contrariedade ao art. 493 do CPC/1973, o recorrente sustenta que não foi intimado a manifestar-se sobre a contestação.

Verifica-se, portanto, que a parte não impugnou o fundamento do acórdão recorrido, trazendo alegações dissociadas do que ficou decidido no aresto. Incidem, portanto, as Súmulas n. 283 e 284 do STF.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DEMORA INJUSTIFICADA NA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. RAZÕES DISSOCIADAS DA MATÉRIA TRATADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. REVISÃO DO VALOR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. NÃO PROVIMENTO.

(...)

2. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

3. Não se conhece de recurso especial cujas razões estão dissociadas da matéria tratada pelo acórdão recorrido. Súmula 284/STF.

(...)

7. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 774.370/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 23/11/2015.)

CONSUMIDOR E CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CLÁUSULA EXCLUDENTE DA COBERTURA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SFH. ACÓRDÃO FUNDADO NO CDC. NULIDADE DA CLÁUSULA. ART. 51, IV, DO CDC. ESPECIAL DISTANCIANDO-SE DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. TESE SUFICIENTE NÃO IMPUGNADA. SÚMULAS 283 E 284 DO STF.

PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

3. A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido bem como as razões recursais dissociadas daquilo que ficou decidido pelo Tribunal de origem demonstram deficiência de fundamentação do recurso, o que atrai, por analogia, os óbices das Súmulas n. 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.507.662/PB, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/8/2015, DJe 28/8/2015.)

Da divergência jurisprudencial

A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige demonstração, com transcrição dos julgados que configurem o dissídio, não sendo suficiente a simples reprodução de ementas sem o necessário cotejo analítico, a fim de evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

2. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

3. Agravo interno no recurso especial não provido. (AgInt no REsp n. 1.325.686/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 15/12/2017.)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. 1. REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA. REVISÃO DO VALOR FIXADO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. 3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...)

2. A simples transcrição de ementas, trechos ou inteiro teor dos precedentes colacionados, sem o necessário cotejo analítico entre os casos confrontados, não viabiliza o conhecimento do recurso especial pelo dissídio, ante a inobservância dos requisitos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. Ademais, ausente a similitude fática entre os casos confrontados.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp n. 628.932/GO, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/3/2015, DJe 24/3/2015.)

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator